

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS**Diploma Ministerial n.º 11/98**

de 11 de Fevereiro

Pelo Decreto n.º 41/94, de 20 de Setembro, foi criado o Comité Nacional de Sementes como órgão de acompanhamento e assessoria ao Ministro da Agricultura e Pescas.

Por forma a torná-lo operacional para a prossecução dos fins para que foi criado, este órgão carece de normas de funcionamento e organização.

Nestes termos, usando das competências que lhe são conferidas pelo artigo 8 do referido decreto, o Ministro da Agricultura e Pescas determina:

Único. É aprovado o Regulamento Interno do Comité Nacional de Sementes, criado pelo Decreto n.º 41/94, de 20 de Setembro, que é parte integrante do presente diploma.

Ministério da Agricultura e Pescas, em Maputo, 8 de Janeiro de 1997. — O Ministro da Agricultura e Pescas: *Carlos Agostinho do Rosário.*

Regulamento Interno do Comité Nacional de Sementes**CAPÍTULO I****Princípios gerais****ARTIGO 1****(Objectivo do Regulamento)**

O presente Regulamento estabelece as normas de organização, funcionamento e competências do Comité Nacional de Sementes e dos seus órgãos.

ARTIGO 2**(Natureza e competências)**

O Comité Nacional de Sementes, abreviadamente designado CNS, é um órgão consultivo de assessoria ao Ministro da Agricultura e Pescas, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda a matéria relativa a área de sementes, nomeadamente:

- a) Orientações gerais com vista ao desenvolvimento da área de sementes;
- b) Programas e projectos de investimento da área de sementes, bem como a respectiva priorização;
- c) A legislação sobre sementes e os mecanismos para a sua melhor execução, incluindo as regras de análise das sementes e a Lista Nacional de Variedades;
- d) Medidas que visem a integração das diversas actividades que compõem a cadeia de sementes;
- e) Os mecanismos de relacionamento e articulação entre os diversos organismos centrais e locais com vista a assegurar uma harmonização que respeite as particularidades regionais e locais;
- f) Os planos de aprovisionamento de sementes;
- g) A criação de bases para o estabelecimento do Sub-Comité de Registo e Libertação de Variedades;
- h) Soluções sobre contenciosos decorrentes da aplicação e interpretação da legislação sobre sementes, sempre que seja solicitado;

- i) Publicações periódicas da Lista Nacional de Variedades.

ARTIGO 3**(Sujeição do Comité Nacional de Sementes a princípios legais e obrigação de prestação de contas)**

O Comité Nacional de Sementes realiza as suas actividades observando os princípios estabelecidos no Decreto n.º 41/94, de 20 de Setembro, que o criou, bem como as disposições aplicáveis de outros diplomas legais.

CAPÍTULO II**Sessões do CNS****ARTIGO 4****(Composição)****1. São membros do Comité Nacional de Sementes:**

- a) O Ministro da Agricultura e Pescas — Presidente;
- b) O Director Nacional de Agricultura — Vice-Presidente;
- c) Um representante da Direcção Nacional de Agricultura;
- d) Um representante do Departamento de Sementes;
- e) Um representante do Instituto Nacional de Investigação Agronómica;
- f) Um representante da Direcção Nacional de Extensão Rural;
- g) Um representante da Direcção de Economia;
- h) Um representante das empresas produtoras de sementes em Moçambique;
- i) Um representante da Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane;
- j) Um representante das Associações dos produtores de sementes;
- k) um representante do Instituto de Cereais de Moçambique;
- l) Um representante do Ministério do Plano e Finanças;
- m) Um representante do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

2. Para efeitos de substituição em caso de falta, cada instituição indicará um representante suplente, além do representante efectivo.

3. O Presidente poderá convidar outras entidades ou técnicos quando as matérias a serem tratadas assim o justifiquem.

ARTIGO 5**(Competências do presidente)**

Compete ao Presidente:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Comité Nacional de Sementes;
- b) Representar o Comité Nacional de Sementes nas suas relações com terceiros;
- c) Assegurar o cumprimento das orientações do Comité Nacional de Sementes;
- d) Desempenhar as demais funções que lhe forem confiadas pelo Comité Nacional de Sementes.

ARTIGO 6**(Competências do vice-presidente)**

Compete ao Vice-Presidente substituir o presidente nas suas ausências e impedimentos.

ARTIGO 7

(Reuniões do Comité Nacional de Sementes)

1. O Comité Nacional de Sementes reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que o Presidente o convocar.

2. As reuniões ordinárias são convocadas com antecedência mínima de trinta dias e as extraordinárias com a antecedência mínima de oito dias.

3. O calendário anual das reuniões ordinárias é aprovado na última reunião do ano antecedente.

ARTIGO 8

(Modo de convocação)

A convocação do Comité Nacional de Sementes para as reuniões é feita por escrito, acompanhada da agenda provisória e de cópia dos documentos essenciais sobre as matérias a serem apreciadas.

ARTIGO 9

(Quorum)

1. As reuniões do Comité Nacional de Sementes, só se consideram regularmente constituídas quando, devidamente convocadas, estejam presentes mais de metade dos seus membros.

2. Quando na primeira convocação não se alcance o quorum constitutivo, tal como disposto no número anterior, o Comité Nacional de Sementes poderá reunir-se pelo menos quarenta e oito horas depois com qualquer número de membros, feita a segunda convocação.

ARTIGO 10

(Apresentação prévia dos pontos da agenda)

Um membro pode apresentar, quer individualmente, quer em coordenação com outros, até cinco ou três dias, conforme se trate de reunião ordinária ou extraordinária, propostas de pontos para a agenda ao Presidente, o qual deliciará no sentido de que tais pontos cheguem ao conhecimento dos restantes membros do Comité Nacional de Sementes o mais breve possível.

ARTIGO 11

(Ordem geral dos trabalhos de cada sessão)

Em cada sessão observar-se-á a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Registo das presenças e ausências e verificação do quorum constitutivo pelo Secretariado, salvo se tratando de uma reunião em segunda con-

vocação em consequência de uma sessão não realizada por falta de quorum;

- b) Declaração de abertura da reunião pelo Presidente quando se verifique que o Comité Nacional de Sementes está regularmente constituído;
- c) Aprovação da agenda, depois da apreciação e ajustes;
- d) Apreciação e aprovação da acta da reunião anterior;
- e) Debate dos pontos da agenda;
- f) Outros assuntos a tratar;
- g) Declaração de encerramento da reunião pelo Presidente.

ARTIGO 12

(Actas, pareceres e recomendações do CNS)

As actas das reuniões e os pareceres e recomendações do Comité Nacional de Sementes são numerados segundo o sistema ordinal e dado conhecimento aos membros efectivos e suplentes.

ARTIGO 13

(Secretariado Executivo)

1. Nas suas funções, o Comité Nacional de Sementes é auxiliado por um Secretariado Executivo a quem cabe:

- a) Apoiar o Presidente na elaboração da agenda e convocação das reuniões, bem como na preparação da documentação necessária;
- b) Secretariar as reuniões;
- c) Solicitar as entidades competentes documentação útil ao Comité Nacional de Sementes;
- d) Submeter para aprovação do Comité Nacional de Sementes o relatório de actividades;
- e) Garantir as condições materiais e organizativas necessárias ao correcto funcionamento do Comité Nacional de Sementes.

2. O Secretariado referido no número anterior é proposto pela Direcção Nacional de Agricultura.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 14

(Alterações ao Regulamento)

As alterações ao disposto no presente Regulamento são feitas pelo Ministro da Agricultura e Pescas, sob proposta do Comité Nacional de Sementes.